

NOTAS E MOÇÕES PRODUZIDAS ENTRE 2019 E 2020 PELO COMITÊ DE GÊNERO E SEXUALIDADE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA

Nota ABA - Comitê de Gênero e Sexualidade - 28 de Junho de 2019 - Nota de Repúdio da ABA aos Novos Ataques do Governo Bolsonaro aos Direitos Humanos e a Questões de Gênero e Sexualidade na ONU

A Associação Brasileira de Antropologia, por meio do seu Comitê de Gênero e Sexualidade, manifesta repúdio às nefastas posturas defendidas recentemente pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil nas reuniões preparatórias da ONU que acontecem em Genebra esta semana. Nos últimos dias os jornais brasileiros têm noticiado novas instruções do Itamaraty que vetam que em assuntos diplomáticos multilaterais seja usada a palavra “gênero”. Tais instruções também definem que “gênero” se resumiria apenas ao

“sexo biológico”. Como se não bastasse, o Governo Bolsonaro, no dia de hoje, também se absteve de votar na ONU sobre questões de saúde sexual e reprodutiva de populações afetadas por crises humanitárias, justo em um momento em que abundam notícias sobre violações de direitos humanos de mulheres e crianças em situação de crise humanitária.

A postura de vetar qualquer referência ao termo “gênero” nas reuniões preparatórias para as resoluções da ONU, equiparando o Brasil a países que não têm compromisso histórico com os direitos das mulheres e de pessoas LGBTIs, é um fato muito grave e contribui para um aprofundamento da precariedade de milhões de pessoas vulneráveis. “Gênero” é um conceito científico de grande relevância, formulado há mais de cinquenta anos e estabelecido no âmbito da política internacional. Tal conceito contribui significativamente para um aprofundamento da compreensão científica, a partir de várias áreas do conhecimento, sobre processos históricos, sociais, culturais e políticos relacionados a identidades, diferenças, desigualdades e distintas formas de violência. Trata-se, assim, de um marcador social de diferença e de uma categoria analítica fundamental para o pensamento científico contemporâneo. Ademais, é um conceito básico para o estabelecimento dos direitos humanos e para a busca por maior equidade no mundo contemporâneo. A negação sistemática das pesquisas científicas através das posturas descabidas deste governo representa uma séria ameaça aos direitos de mulheres, de LGBTIs, de populações indígenas e quilombolas, além de ser um retrocesso político inegável.

As novas diretrizes do Itamaraty, além de aliam o Brasil às posturas mais tacanhas em termos de política externa, também refletem um padrão que vem se repetindo no Governo Bolsonaro. Tal administração, ao invés de garantir os direitos humanos básicos, conforme se espera em um Estado Democrático de Direito, vem desenvolvendo práticas absurdas e condenáveis no Brasil e em sua política externa, que ampliam a vulnerabilidade e a precariedade de milhões de vidas.

Por fim, é importante frisar que tais posturas foram anunciadas no mesmo contexto em que o Supremo Tribunal Federal decidiu favoravelmente à criminalização da homofobia e da transfobia, equiparando tais expressões de violência ao crime de racismo. Ocorreram também às vésperas do dia 28 de Junho, data celebrada mundialmente como referindo-se ao Orgulho LGBT. A tentativa de silenciamento de gênero e sexualidade enquanto categorias de análise reproduz as desigualdades de gênero e sexualidade. Nesse sentido, as posturas retrógradas do Governo no que tange a tais temas em âmbito interno e de política internacional sinalizam, uma vez mais, para a necessidade de que os poderes Executivo e Legislativo brasileiros mobilizem-se na criação de leis e políticas que visem combater as desigualdades e violências relacionadas a tais eixos de subordinação e vulnerabilização, ao invés de reforçar o contexto em que tais desigualdades e violências se reproduzem e se aprofundam.

São Paulo, 28 de Junho de 2019.

Nota ABA - Comitê de Gênero e Sexualidade - 19 de Agosto de 2019: Nota de Repúdio da ABA à Censura da Presidência da República a Filmes com Temática LGBTI no Contexto da ANCINE

A Associação Brasileira de Antropologia, através de seu Comitê de Gênero e Sexualidade, vem a público manifestar forte repúdio à censura em relação ao cinema brasileiro promovida pelo atual governo federal. No último dia 13 de Agosto uma subsidiária do Banco do Brasil abriu edital para seleção de filmes que receberiam investimentos da empresa via Lei do Audiovisual. No referido edital constam questionamentos sobre “cenas de nudez ou de sexo explícito” e sobre os filmes possuírem “cunho religioso ou político”, sendo a primeira vez nos últimos anos em que questões desse tipo foram propostas (Fonte: <https://bit.ly/2NcGZe5>. Acessado em 19.08.2019 às 11:50).

Na mesma direção, no último dia 16 deste mês, o Presidente Jair Bolsonaro afirmou ter vetado filmes com temática LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros e Intersexuais) cujos realizadores buscavam autorização da ANCINE (Agência Nacional do Cinema) para captar recursos através da Lei do Audiovisual. Entre os filmes vetados constavam, por exemplo, uma série documental que aborda as dificuldades e os desafios cotidianos de cinco pessoas trans vivendo no Ceará e um filme enfocando narrativas de homens homossexuais negros do Distrito Federal. Como se não bastassem tais atos autoritários, Bolsonaro afirmou também que, se pudesse, exoneraria toda a

direção da ANCINE e que só não o fez porque tais membros possuem mandatos de quatro anos (Fonte: <https://bit.ly/2K-VcEOP>. Acessado em 19.08.2019 às 11:55).

Tais inadmissíveis práticas de censura não apenas nos deixam atônitos e atônitas, como também nos fazem recordar tenebrosos episódios do passado recente do Brasil - ao longo da Ditadura Militar (1964-1985) - nos quais comissões exclusivamente dedicadas à censura de obras artísticas e audiovisuais alteravam, descaracterizavam, coíbiam ou mesmo proibiam a produção de obras consideradas política ou moralmente "questionáveis". Tolerar práticas explícitas de censura, ainda mais provenientes do chefe do Poder Executivo, atenta contra as bases mais caras ao Estado Democrático de Direito, como o direito à liberdade de expressão, no caso de realizadores e realizadoras no cinema, e o direito a existir e ter visibilidade, no caso de pessoas LGBTI.

Em um país internacionalmente conhecido pelo alto número de assassinatos de pessoas LGBTI - que beiram a prática do extermínio no que diz respeito a travestis, transexuais e transgêneros - era de se esperar de um Presidente da República o incentivo a políticas públicas de fomento do respeito e enfrentamento da violência no que diz respeito à diversidade sexual e de gênero. Infelizmente, na contramão da garantia de direitos e da cidadania de LGBTI, o presidente Bolsonaro tem se destacado nacional e internacionalmente por posições públicas que alimentam o ódio, a intolerância, a desinformação e a incompreensão.

Obras audiovisuais que apresentem as vidas, as dores, os desafios e as alegrias de pessoas que se identificam

como LGBTI no Brasil contemporâneo são cruciais e mais necessárias do que nunca. Tal censura torna-se ainda mais preocupante por afrontar recente decisão do Supremo Tribunal Federal que criminaliza a homofobia, a lesbofobia e a transfobia, podendo ser assim caracterizada como crime de responsabilidade.

A ABA, por fim, exige que tais atos sejam invalidados e questionados por todos os meios e instâncias legais cabíveis e expressa sincera solidariedade aos realizadores e realizadoras, às suas obras e às pessoas nelas retratadas, que desafortunadamente sofrem mais uma vez com a vergonhosa retomada da censura em nosso país. Retomamos uma palavra de ordem que julgávamos que jamais precisaria ser proferida novamente no Brasil, mas que assoma mais uma vez nosso país sob o atual governo: *Censura nunca mais!*

São Paulo, 19 de Agosto de 2019.

Nota ABA - Comitê de Gênero e Sexualidade - 09 de Setembro de 2019: Nota de Repúdio da ABA ao plano de proibição da discussão de gênero nas escolas

A Associação Brasileira de Antropologia, através de seu Comitê de Gênero e Sexualidade, vem a público manifestar forte repúdio às proposições de Jair Bolsonaro e João Dória que visam proibir a discussão de gênero na escola.

No dia 3 de setembro, o presidente Bolsonaro postou no twitter que demandará do MEC um Projeto de lei que “proíba ideologia de gênero (sic) na escola”, considerando que tal é uma prerrogativa federal de acordo com a AGU diante de várias legislaturas estaduais ou municipais terem feito algo neste teor (<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/09/bolsonaro-pede-a-mec-projeto-de-lei-para-proibir-ideologia-de-genero.shtm>). Esta é a primeira vez que ele demanda abertamente uma legislação anti-gênero. Entretanto, desde 2015, 16 projetos de lei anti-gênero foram encaminhados ao legislativo, vários dos quais em 2019 por parlamentares ligados à base governista, sendo que seis deles pretendem criminalizar a difusão de “ideologia de gênero”. (<https://sxpolitics.org/mapping-of-bills-against-gender-ideology-in-the-house-of-representatives/20082>). O ataque de Bolsonaro se deu exatamente na semana em que a pesquisa de opinião pública do DataFolha mostrou o crescimento da desaprovação de seu governo. Essa proposta, no entanto, vai contra os marcos legais da educação.

Nesta mesma semana, o governador do estado de São Paulo, João Dória, que pretende atrair o eleitorado conservador, aproveitou para ordenar que fossem recolhidas as apostilas de ciências atualmente em uso nas escolas públicas. (<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/09/doria-manda-recolher-material-que-cita-identidade-de-genero-e-fala-em-apologia.shtml?>). Tal atitude também não encontra amparo na legislação. Estas apostilas, destinadas a estudantes do 8º ano do ensino fundamental, contêm apenas informações sobre prevenção às doenças sexualmente transmis-

síveis e gravidez na adolescência, identidade de gênero e orientação sexual, e seu conteúdo visa oferecer informações para a promoção da saúde e do respeito entre colegas e nas escolas. Pouco antes, Carlos Moisés, governador de Santa Catarina e membro do PSL, partido do presidente, postou no *youtube* um vídeo afirmando que vai proibir a “ideologia de gênero” na educação pública do estado.

Cabe notar que tais propostas ferem frontalmente os marcos legais, tanto a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), como a própria Constituição, segundo especialista do Ministério da Educação (<https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/nao-tao-simples-assim-diz-membro-do-cne-sobre-tentativa-do-mec-de-proibir-discussao-de-genero-nas-escolas-23925067>). O embate legal torna-se evidente diante do caso de Manaus, no qual a Câmara Municipal recorre agora ao STF, depois de que o Tribunal de Justiça do Amazonas declarou inconstitucional a lei estadual aprovada em 2017. (<https://amazonasatual.com.br/vereadores-querem-proibir-debate-sobre-genero-nas-escolas-de-manaus-e-apelam-ao-stf/>)

Reafirmamos o entendimento de que gênero circunscreve um campo teórico plural e interdisciplinar que se desenvolve desde os anos 1970, baseado em um amplo espectro de pesquisas empíricas, construídas de acordo com metodologias científicas e com reconhecimento acadêmico internacional. Gênero é um conceito utilizado por várias ciências (humanas, biológicas e da saúde) para a interpretação crítica de processos relacionados a desigualdades sociais e formas diversas de violência e de violação de direitos fundamentais. As relações, desigualdades e violências

relacionadas a gênero já fazem parte da vida cotidiana não apenas de pessoas adultas, mas também de crianças, adolescentes e jovens, inclusive no espaço escolar. Discutir na escola questões relacionadas às relações de gênero e à diversidade de orientação sexual e de expressões de gênero é fundamental para prevenir a violência contra as mulheres, pessoas LGBTI e grupos mais vulneráveis. Os estudos também demonstram que é pela educação que podemos promover uma sociedade menos desigual e violenta.

O termo “ideologia de gênero” carece de embasamento científico, funcionando como categoria acusatória que tem sido usada sistematicamente para propagar um “pânico moral” que visa coibir debates sobre educação sexual, o combate ao feminicídio e às violências contra mulheres e pessoas LGBTI, e o respeito à diversidade sexual e de gênero. Além disso, a atual “caça às bruxas” baseada em ideologias ultraconservadoras contrárias a qualquer debate sobre gênero se torna de fato uma perigosa perseguição aos profissionais da educação e afronta às liberdades democráticas e de cátedra presentes na Constituição Federal.

Tais propostas como as do Governo Federal e dos Governos Estaduais de São Paulo e Santa Catarina, por fim, não apenas são um escandaloso ataque a pautas cada vez mais necessárias na atualidade, sobretudo no campo da educação, como têm sido usadas oportunisticamente para claros fins político-eleitorais. Mais do que nunca, por fim, reafirmamos a importância de combatermos tais pânicos morais e de defendermos o debate sobre gênero e sexualidade no campo da educação em prol de uma sociedade mais justa, mais igualitária, e mais

respeitosa no que diz respeito à multiplicidade de identidades e de compreensões de si no Brasil contemporâneo.

Setembro de 2019

Nota ABA - Comitê de Gênero e Sexualidade - 07 de Fevereiro de 2020: Nota da ABA acerca de Campanhas e Declarações do Governo Federal sobre Políticas de Prevenção e Saúde Pública

A Associação Brasileira de Antropologia, através de seu Comitê de Gênero e Sexualidade, vem a público para: a) manifestar forte repúdio às declarações do presidente Jair Bolsonaro sobre pessoas vivendo com HIV; b) questionar a campanha de prevenção a gravidez 'precoce' e a ISTs (Infecções Sexualmente Transmissíveis) focada na abstinência sexual promovida pela Ministra Damare Alves; c) para denunciar a ausência de políticas, o corte drástico de verbas e o agravamento da situação no que diz respeito à violência contra as mulheres no Brasil.

Nas últimas semanas novas ações do Governo Federal e declarações polêmicas de seus representantes têm demonstrado um aprofundamento de suas políticas desastrosas sobre direitos sexuais, sobretudo das mulheres, assim como de políticas de saúde voltadas as pessoas que vivem com HIV. Bolsonaro, em mais uma de suas infelizes e inces-

santes declarações, afirmou que “uma pessoa com HIV é uma despesa para todos no Brasil”. Tal declaração desastrosa e incompatível com um Chefe de Estado constitui parte de um processo infame de reforço, por parte desse governo, dos estereótipos e do preconceito, produzindo uma vulnerabilização ainda maior das pessoas que vivem com HIV em nosso país.

Tal fala ignorante e desrespeitosa, por sua vez, ocorreu em apoio à campanha de abstinência sexual encabeçada pela Ministra Damares Alves, a qual é apontada - inacreditavelmente - como a principal proposta do governo para lidar com a prevenção à gravidez indesejada e às ISTs no Brasil. A campanha lançada justamente antes do Carnaval ignora a larga experiência de pesquisas e políticas públicas as quais demonstram que o discurso de promoção da abstinência não é, de modo algum, efetivo para evitar ou mudar comportamentos associados à sexualidade.

Por outro lado, justamente questionando as políticas encabeçadas pelo atual governo federal, diversas pesquisas e estudos apontam que o investimento em educação, sobretudo a educação sexual nas escolas, além da informação e a promoção do uso de preservativos e outros métodos contraceptivos são as melhores formas de evitar abusos sexuais, a gravidez indesejada na adolescência e as ISTs. Entretanto, como é notório, nada disso está sendo contemplado pelo atual governo, o qual promove políticas baseadas em moralismos rasos, pânticos morais e concepções de senso comum absolutamente equivocadas, ignorando pesquisas res-

peitadas na área e a experiência pregressa de muitos países, inclusive de políticas prévias bem sucedidas no Brasil.

Ainda que se afirme “defensora da mulheres”, a Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, não usou nenhuma parte da verba disponível de 2019 para a construção da Casa da Mulher Brasileira, uma das principais e raras iniciativas do governo federal para o enfrentamento da violência contra a mulher. Some-se a isso a recente declaração do presidente supondo que não é preciso de verbas para o combate a violência, já que o que deve ser mudado é a “postura”, o que o autorizaria a cortar a verba para área. Entretanto, como apontam diversos estudos na área, só é possível mudar a “postura”, as práticas e as concepções da população, em um país de altas taxas de violência contra mulheres e de feminicídio, se pudermos tornar a discussão sobre relações gênero e sexualidade na escola e o apoio a iniciativas fundamentais de assistência social, como as casas abrigo, políticas públicas sistemáticas e disseminadas em todo o país.

Ao ignorar intencionalmente a experiência de pesquisa e políticas públicas anteriormente efetivas o atual governo federal parece investir antes na produção de mais violência, ignorância, desinformação, preconceito e estigmatização com suas declarações, contribuindo decisivamente para promover ações voltadas, na prática, a uma espécie de “necropolítica” voltadas a variadas populações já vulneráveis. Por fim, para além da denúncia e do repúdio a tais falas e ações, exigimos também que as políticas públicas de saúde e voltadas aos direitos das mulheres sejam retomadas e

respeitadas levando-se em conta as pesquisas consagradas na área e não concepções moralistas, preconceituosas e do senso comum que nada fazem se não produzir maior dor, sofrimento e desinformação...

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA MOÇÕES DO COMITÊ DE GÊNERO E SEXUALIDADE (2019-2020)

O Comitê de Gênero e Sexualidade (Gestão 2019-2020) da Associação Brasileira de Antropologia, em reunião virtual realizada no dia 05 de Novembro de 2020, às 17h, baseando-se na defesa dos direitos fundamentais garantidos por nossa Constituição Federal, decidiu coletivamente propor à aprovação da Assembleia da ABA as seguintes moções, a serem divulgadas nos canais da ABA, e encaminhadas ao Ministério Público Federal:

1. A Associação Brasileira de Antropologia reafirma a relevância do reconhecimento e respeito constitucionalmente previstos às múltiplas configurações familiares e recusa uma visão limitada de “família” que vem sendo instrumentalizada por discursos, práticas e políticas governamentais para restringir direitos e vulnerabilizar populações variadas;

2. Frente à diversidade de experiências de mulheres e meninas, em termos de classe, raça, origem regional e condições de vida, a Associação Brasileira de Antropologia defende a manutenção e a ampliação dos direitos sexuais e reprodutivos, inclusive o direito de acesso ao aborto seguro nos casos previstos em lei, atualmente sob ameaça;
3. A Associação Brasileira de Antropologia reafirma a importância crucial da categoria gênero para a análise e promoção de políticas públicas, notadamente no campo da Educação, Saúde, Direitos Humanos, Combate e Prevenção à Violência contra Mulheres, Pessoas Negras, Indígenas, LGBTI+, com Deficiência, Crianças e Idosas. Enfatiza a relevância das pesquisas sócio-antropológicas em gênero e sexualidade e do conhecimento produzido nesse campo para o enfrentamento da desigualdade social e da violência que vêm singularizando nosso país, ressaltando a necessidade de garantir suas condições de realização e financiamento;
4. A Associação Brasileira de Antropologia expressa extrema preocupação diante da crescente violência de Estado contra populações pobres e racializadas no Brasil, que também incide sobre sujeitos LGBTI+, mulheres, pessoas com deficiência, indígenas e outros grupos sociais vulnerabilizados, resultando no agravamento das desigualdades. Posiciona-se enfaticamente pela defesa do direito à vida e à dignidade dessas populações como princípios fundamentais

do Estado democrático, especialmente no contexto de aprofundamento das desigualdades sociais propiciado pela pandemia de COVID-19;

5. A Associação Brasileira de Antropologia repudia veementemente a difusão de discursos de ódio que desumanizam pessoas e minorias e se materializam em violências contra determinados grupos sociais. Recusa uma dinâmica de atribuição de direitos a sujeitos idealizados, que despreza as concretas experiências de violação de direitos que vivemos em nosso país;
6. A Associação Brasileira de Antropologia destaca a preocupação com posições públicas do governo federal em instâncias e organismos internacionais, as quais se concretizam em retrocessos em termos de direitos sexuais e reprodutivos.

*32ª Reunião Brasileira de Antropologia,
05 de Novembro de 2020.*